

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA TSE Nº 61, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2026

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º, § 4º, inciso II, da Lei nº 15.346, de 14 de janeiro de 2026, nos arts. 56, § 1º, inciso II, e 68 da Lei nº 15.321, de 31 de dezembro de 2025, e no art. 1º, inciso XXII, da Portaria TSE nº 654, de 24 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor de R\$ 175.366.473,00 (cento e setenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e setenta e três reais) para atender à programação contida no Anexo I desta portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 175.366.473,00 (cento e setenta e cinco milhões, trezentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e setenta e três reais), conforme indicado no Anexo II desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL RICARDO DE OLIVEIRA PIAZZI

ANEXO

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR		
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	S	E	G	P	R	O	M			
			F	N	D			D	U	I		
										T		
										E		
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário										175.366.473	
	Atividades											
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	02 122									175.366.473	
0033 20GP 5664	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Em Brasília - DF	02 122									175.366.473	
			F		3-ODC		2		90	0	1000	175.366.473
TOTAL - FISCAL											175.366.473	
TOTAL - SEGURIDADE											0	
TOTAL - GERAL											175.366.473	

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

		Crédito Suplementar Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00								VALOR		
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	S	E	G	P	R	O	M			
			F	N	D			D	U	I		
										T		
										E		
0999	Reserva de Contingência										175.366.473	
	Operações Especiais											
0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	99 999									175.366.473	
0999 0Z01 6483	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Reserva de Contingência - Fiscal - Cumprimento da ADI nº 7641	99 999									175.366.473	
			F		9-RES		2		99	0	1000	175.366.473
TOTAL - FISCAL											175.366.473	
TOTAL - SEGURIDADE											0	
TOTAL - GERAL											175.366.473	

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA CJF Nº 48, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2026

Cancela a sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal prevista para o dia 10 de fevereiro de 2026.

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, nos termos da delegação de competência constante da Portaria CJF n. 407, de 5 de agosto de 2021, tendo em vista o que consta do Processo SEI n. 0000116-14.2026.4.90.8000, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal prevista pela Portaria CJF n. 36, de 15 de janeiro de 2026, para o dia 10 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Juiz ERIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS

PORTARIA CJF Nº 77, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2026.

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, dispostas no art. 1º, inciso I, da Portaria CJF n. 407, de 05 de agosto de 2021, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 72 da Lei n. 15.321, de 31 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de dezembro de 2025, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências,

CONSIDERANDO a edição da Lei n. 15.346, de 14 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial da União do dia 14 de janeiro de 2026 - LOA 2026, a qual estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026,

CONSIDERANDO o Ofício Circular SEI n. 03/2026/MPO, de 09 de janeiro de 2026, e o Ofício n. 0816301/CJF, de 19 de janeiro de 2026, ambos acerca dos precatórios a serem pagos com dotações previstas no orçamento federal de 2026, resolve:

Art. 1º PUBLICAR, nos termos do art. 72 da Lei n. 15.321, de 31 de dezembro de 2025 - LDO 2026, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Juiz ERIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS

ANEXO

		Em R\$
PERÍODO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES, INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS*
Em Janeiro	1.364.377.727	215.507.329
Até Fevereiro	2.614.377.727	520.382.458
Até Março	3.864.377.727	825.257.587
Até Abril	5.114.377.727	1.130.132.717
Até Maio	6.364.377.727	1.435.007.846
Até Junho	7.664.377.727	1.739.882.976
Até Julho	8.964.377.727	2.044.758.105
Até Agosto	10.264.377.727	2.349.633.234
Até Setembro	11.564.377.727	2.654.508.364
Até Outubro	12.864.377.727	2.959.383.493
Até Novembro	14.514.377.727	3.264.258.623
Até Dezembro	15.019.735.363	3.569.126.423
* as dotações consignadas nas fontes de recurso 1050 e 1138 não foram consideradas no Cronograma Anual de Desembolso Mensal por serem custeadas com recursos diretamente arrecadados pelo órgão.		

						Em R\$
SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO DE PEQUENO VALOR (RPV)						
PERÍODO	UNIÃO FEDERAL, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FEDERAIS	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS				
	NATUREZA ALIMENTÍCIA	OUTRAS NATUREZAS	FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	FUNDO DE AMPARA AO TRABALHADOR	
Em Janeiro	150.204.562	330.988.351	470.237.514	1.748.225.744	6.409.772	
Até Fevereiro	416.704.562	1.094.988.351	1.294.237.514	4.884.225.744	15.909.772	
Até Março	629.904.562	1.706.188.351	1.987.733.175	7.393.025.744	23.517.129	
Até Abril	843.104.562	2.317.388.351	2.681.228.836	9.901.825.744	31.124.487	
Até Maio	1.056.304.562	2.928.588.351	3.374.724.496	12.410.625.744	38.731.845	
Até Junho	1.269.504.562	3.539.788.351	4.068.220.157	14.919.425.744	46.339.202	
Até Julho	1.482.704.562	4.150.988.351	4.761.715.817	17.428.225.744	53.946.560	
Até Agosto	1.604.709.866	4.198.306.494	5.455.211.478	19.937.025.744	61.553.917	
Até Setembro	1.604.709.866	4.198.306.494	6.148.707.138	22.445.825.744	69.161.275	
Até Outubro	1.604.709.866	4.198.306.494	6.842.202.799	24.954.625.744	76.768.633	
Até Novembro	1.604.709.866	4.198.306.494	7.535.698.459	26.726.793.934	84.375.990	
Até Dezembro	1.604.709.866	4.198.306.494	8.229.194.120	26.726.793.934	91.983.348	

				Em R\$
SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS)				
PERÍODO	UNIÃO FEDERAL, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FEDERAIS			FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
	NATUREZA ALIMENTÍCIA		OUTRAS NATUREZAS	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS
	GND 1	GND 3	GND 3 e GND 5	GND 3
Em janeiro	-	-	-	-
Até fevereiro	-	-	-	-

